

É importante o Brasil fazer esforços para evitar futuras perdas no mercado argentino

## **Mercosul e as exportações brasileiras para a Argentina**

Por Igor Barenboim

O Mercosul é hoje uma realidade em termos comerciais. Antes do acordo, o Brasil vendia para a Argentina apenas 20% de tudo que nosso vizinho importava, hoje vendemos 40%. Uma maneira simples de estimar o impacto do "fim do Mercosul" sobre a economia brasileira é trazer a valor presente a perda que as exportações brasileiras teriam caso o acordo comercial fosse extinto. Hoje, o Brasil exporta 10 bilhões de dólares por ano para Argentina. Supondo que passaríamos a ter apenas 20% do mercado argentino e trazendo esta perda a valor presente usando como taxa de desconto nossa taxa de juros real menos a taxa de crescimento potencial para a economia argentina, hoje cerca de 3%, teríamos uma perda de 70 bilhões de dólares, ou de pouco mais de 10% do PIB brasileiro ao longo dos anos. Naturalmente, todas as maneiras simples de quantificar as perdas têm problemas, mas qualquer conta que fizermos nos mostrará que o "fim do Mercosul" será bastante custoso. É importante fazermos esforços para evitar tal perda.

A Argentina assistiu à desindustrialização da sua economia durante mais de uma década de instabilidade político-institucional seguida de uma década de sobrevalorização cambial. A desindustrialização platina ficou evidente na medida em que a recente recuperação da demanda argentina implicou uma explosão de importações de manufaturados brasileiros. Nesse contexto, surgiu no debate econômico do outro lado do Rio da Prata a visão - da qual o atual governo argentino compartilha - de que há a necessidade de uma reindustrialização do país. Como o Brasil detém 40% do mercado de importados argentinos, as relações comerciais com o Brasil e o Mercosul rumaram naturalmente para o cerne do debate.

Por aqui, já se fez sentir alguns efeitos desta nova visão do governo argentino. Principalmente através da tentativa de imposição de salvaguardas comerciais contra os produtos brasileiros com algum êxito por parte dos lobbies portenhos. Será que a passividade que predominou na reação do nosso governo é a melhor maneira de responder aos novos desvios do rumo do livre comércio que nosso vizinho vem promovendo? Há pelo menos três razões para acreditarmos que não.

São elas: 1) uma vez que a indústria nacional argentina esteja recuperada, não haverá um "grupo de interesse dos consumidores argentinos" com lobby forte o suficiente para reverter as medidas protecionistas adotadas outrora. Na verdade, uma indústria mais forte deverá ter capital político ainda maior para assegurar sua renda mantendo restrições ao comércio. Permitir que nossos vizinhos mudem as regras do jogo ao bel-prazer prejudica a indústria nacional em horizonte a perder de vista; 2) nossa passividade com respeito ao protecionismo vizinho não nos permite auferir os mais do que justos dividendos políticos de nossa contribuição à reindustrialização portenha. Ao Brasil interessa sustentar as relações comerciais com a Argentina para evitar ao máximo o sucateamento dos investimentos rentáveis dentro das regras de comércio atuais. Para tal é importante contribuirmos, em alguma medida, para permitir a reconstrução da indústria argentina, mas não sem auferir ganhos políticos desta ajuda; 3) apesar de haver uma racionalidade para que o Brasil ajude o setor produtivo argentino, não há porque o Brasil contribuir para as contas fiscais do vizinho. Isto ocorreria caso a Argentina impusesse tarifas de importação sobre produtos brasileiros. Em resumo, permitir a imposição de quotas ou tarifas de importação pelo nosso maior vizinho com passividade não nos traz dividendos políticos, torna o desvio do rumo ao livre comércio persistente e beneficia potencialmente o fisco Argentino, às custas de nossos consumidores.

## **Passividade do governo brasileiro não é a melhor maneira de responder aos desvios do livre comércio promovidos pelo vizinho**

A imposição de tarifas de exportação sobre produtos brasileiros destinados à Argentina parece um instrumento interessante para lidar com a conjuntura apresentada, porque tarifas de exportação: 1) atendem à proteção que o setor produtivo argentino demanda; 2) deixam o Brasil no controle da situação porque as tarifas fariam com que o custo permanecesse concentrado no setor que exporta para nosso vizinho, como seria desejável, e uma vez recuperada a indústria argentina, os produtores brasileiros se organizariam rapidamente para promover seu lobby em Brasília, nos trazendo mais rápido de volta ao livre comércio; 3) o Brasil teria os dividendos políticos por ter auxiliado a recuperação da indústria de nossos vizinhos; 4) além disso, as receitas com as tarifas de exportação poderiam ser transferidas de volta ao consumidor brasileiro.

Com tarifas de exportação, o Brasil alcançaria seu objetivo de manter suas relações comerciais com a Argentina de modo saudável, no longo prazo, reduzindo o período de "detour" do livre comércio. A China utilizou este instrumento na negociação comercial de produtos têxteis com os EUA e a UE, a fim de evitar que medidas protecionistas de difícil reversão fossem passadas nos maiores mercados consumidores de seus artigos.

A volatilidade macroeconômica que os sócios do Mercosul vêm enfrentando tem colocado a sustentabilidade das regras comerciais da região em questão. Em meados dos anos 90, com o real forte, o lobby protecionista ganhou espaço em Brasília e se transferiu para a capital do nosso vizinho do sul após a desvalorização da moeda brasileira, em 1999. As tarifas de exportação se apresentam como uma solução, de fato, temporária para as demandas por proteção provocadas pelas idas e vindas da macroeconomia, porque com este instrumento, após a normalização da economia, o jogo democrático se encarrega de nos conduzir de volta rumo ao livre comércio e ao bem-estar dos consumidores de todo o bloco econômico.

Igor Barenboim é doutorando em economia pela Universidade de Harvard.